

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

DA CORRUPÇÃO À TRANSPARÊNCIA: Como se dá a apropriação (ou não) em programas de governo?

Antônio Augusto Braighi, Rodrigo Esteves de Lima Lopes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16132>

Submetido em: 2026-05-14

Postado em: 2026-07-15 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Marcelo El Khouri Buzato (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5998-5930>)

DA CORRUPÇÃO À TRANSPARÊNCIA:

Como se dá a apropriação (ou não) em programas de governo?

FROM CORRUPTION TO TRANSPARENCY:

How is the appropriation (or lack thereof) in government manifestos?

DE LA CORRUPCIÓN A LA TRANSPARENCIA:

¿Cómo se produce la apropiación (o no) en los programas de gobierno?

Antônio Augusto Braighi

(CEFET-MG)

antonioaugusto@cefetmg.br

<https://orcid.org/0000-0002-8138-3108>

Rodrigo Esteves de Lima Lopes

(UNICAMP/CNPq)

rll307@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0003-3681-1553>

ABSTRACT

This article investigates the use of the terms "corrupção" and "transparência" in the government manifestos of governor candidates for the state of Minas Gerais (2014-2022), based on Charaudeau's Semiolinguistic Theory. The corpus was provided by BrPoliCorpus. The analysis reveals that these terms operate more as rhetorical and symbolic slogans than as effective programmatic commitments. "transparência" appears primarily in propositional and qualifying constructions, associated with the enhancement of the candidates' ethos, while "corrupção" emerges mostly in accusatory or discursive records aimed at delegitimizing opponents. The study concludes that government manifestos work a predominantly discursive and ideological function, reinforcing political identities and symbolic disputes at the expense of concrete proposals.

KEY-WORDS: Corruption; Transparency; Political discourse; Government manifestos; Semiolinguistics.

RESUMO

Este artigo investiga o uso dos termos "corrupção" e "transparência" em programas de governo de candidatos(as) a governador(a) do estado de Minas Gerais (2014-2022), a partir de uma abordagem da Teoria Semiolinguística de Charaudeau. O material de análise foi obtido junto ao acesso de dados ofertado pelo BrPoliCorpus. Após análise, observa-se que os mencionados termos operam mais como lemas retóricos e simbólicos do que como compromissos programáticos efetivos. "Transparência" aparece sobretudo em construções propositivas e qualificadoras, associada à valorização do ethos dos candidatos, enquanto "corrupção" surge majoritariamente em registros acusatórios ou dissertativos, visando a deslegitimar adversários. Conclui-se que os programas de governo cumprem função predominantemente discursiva e ideológica, reforçando identidades políticas e disputas simbólicas, em detrimento de propostas concretas.

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção; Transparência; Discurso político; Programas de governo; Semiolinguística.

RESUMEN

Este artículo investiga el uso de los términos “corrupção” y “transparência” en los programas de gobierno de candidatos(as) a gobernador(a) del estado de Minas Gerais (2014-2022), a partir de un enfoque de la Teoría Semiolingüística de Charaudeau. El material de análisis se obtuvo en del acceso a los datos ofrecidos por el BrPoliCorpus. Tras el análisis, se observa que los términos mencionados operan más como lemas retóricos y simbólicos que como compromisos programáticos efectivos. La “transparência” aparece sobre todo en construcciones propositivas y calificadoras, asociada a la valorización del ethos de los candidatos, mientras que la “corrupção” surge mayoritariamente en registros acusatorios o disertativos, con el fin de deslegitimar a los adversarios. Se concluye que los programas de gobierno cumplen una función predominantemente discursiva e ideológica, reforzando identidades políticas y disputas simbólicas, en detrimento de propuestas concretas.

PALABRAS-CLAVE: Corrupción; Transparencia; Discurso político; Programas de gobierno; Semiolingüística.

INTRODUÇÃO

Se, durante os primeiros anos da redemocratização, a chamada “caça aos marajás”, um papel amplamente performado por políticos como Fernando Collor de Melo, e a ideia de que o Estado deveria ser mínimo e eficiente, uma constante pauta do governo de Fernando Henrique Cardoso, atacavam pela perspectiva de que o Estado deveria enfrentar grupos que recebiam benesses muito acima da média da população, um inchaço que o deixava não-funcional e pesado, o contexto contemporâneo parece caminhar por uma seara distinta. Desde as jornadas de junho de 2013, que marcaram a sociedade brasileira em termos de mobilização social, inicialmente pela temática da mobilidade urbana (Peruzzo, 2013) e, posteriormente, por uma pauta que visava ao ajuste de condutas políticas e de gestão pública e resultaram em uma onda de conservadorismo (Domingues, 2021; Sørbøe, 2023), a ideia de que a gestão pública brasileira origina seus problemas tanto na falta de lisura governamental atribuída a determinados grupos políticos, como nos programas e direitos sociais, agora vistos como regalias, têm se tornado algo comum. De outra forma, se, no início dos anos 1990, os inimigos sociais se personificavam nos ditos altos salários e privilégios que dotavam uma elite, hoje temos uma perspectiva mais difusa, baseada em conceitos que parecem se definir e redefinir a depender do seu contexto de enunciação; não que agora não haja apanágios, mas eles não estão mais nas grandes mansões do Lago Sul.

Não é a toa que os discursos político-partidários no Brasil têm conferido centralidade a conceitos como “corrupção” e “transparência”, especialmente no contexto eleitoral da última década; este marcado por disputas simbólicas intensas. Tais conceitos aparecem carregados de valores éticos e morais, que, apesar de carecerem de uma clara definição, têm sido amplamente acionados, promovendo a construção de uma imagem de idoneidade, em contrapartida à

desqualificação de adversários. Como já colocado em outros trabalhos (Mercuri; Lima-Lopes, 2020; Lima-Lopes; Mercuri; Gabardo, 2020), a estratégia adotada nesse sentido parece ser a da prova por absurdo (Hardy, 1992); ou seja, sem necessariamente definir a si e ao que se combate, cria-se uma instância comparativa que associa valores negativos àquele, caracterizando seu papel como oposto e, portanto, positivo.

Entretanto, há poucos estudos que investigam como essas escolhas são apropriadas no discurso político. Isso se dá especialmente nos programas de governo, um documento oficial e necessário para o registro de candidaturas no Brasil. Há poucos, mais importantes trabalhos sobre estes documentos (Salles 2019; 2020; 2021), mas carecemos de investigações na forma como as ideias de “corrupção” e “transparência” se manifestam em tais documentos, cujo propósito, ao menos em tese, deveria ser apresentação de diretrizes e compromissos concretos.

Assim, neste artigo, buscamos compreender como os termos, tomados como lemas, “corrupção” e “transparência” foram mobilizados nos programas de governo de candidatos(as) ao governo do estado de Minas Gerais, o “termômetro” das eleições nacionais, entre 2014 e 2022. Os dados analisados fazem parte do BrPoliCorpus (Lima-Lopes, 2025), um corpus de linguagem política oficial brasileira disponível para livre uso. Para tanto, temos nossa base teórica na Semiolinguística (Charaudeau, 2018), cujo objetivo é analisar as formas discursivas pelas quais tais termos são empregados: se como promessa, acusação, adjetivação estratégica ou exposição contextual.

Nossa hipótese é que esses termos, mais do que compromissos programáticos, funcionam como marcadores simbólicos, performáticos e ideológicos, utilizados na persuasão do eleitorado via construção de um ethos político. De forma a alcançar a compreensão de tal noção, este artigo se divide em sete seções. Na primeira, discutimos a questão político-partidária, com ênfase em uma reflexão sobre sua retórica. A seguir, ajuizamos sobre os programas de governo e sua função, passando então para uma ponderação sobre o contexto político-partidário brasileiro. Na metodologia, definimos o corpus de estudo, os dados de pesquisa e a escolha do contexto estudado. Seguem-se a análise e as considerações finais, estas encerrando o artigo.

1. DA POLÍTICA À POLÍTICA-PARTIDÁRIA: A RETÓRICA COMO LIGA

Apesar da importância que o conceito de Política tem para este trabalho, uma discussão aprofundada sobre a temática poderia extrapolar nosso espaço e escopo, dada a reconhecida amplitude do termo (Weber 1919; Arendt 1958). Entretanto, cabe-nos observar que um marco

fundacional para tal conceito foi (e é) a constituição da Ciência Política por Aristóteles (1252) que reflete sobre a felicidade humana, individual e em coletividade, ajuizando sobre formas de gestão da *pólis* para que uma existência virtuosa fosse (seja) ofertada àqueles que da *cidade* fizessem (fizerem) parte. Ao menos discursivamente, esse ainda parece ser um norte daqueles que, representando a sociedade, fazem política no Brasil; aspecto que queremos tencionar.

Tampouco nos aprofundaremos na (*em uma*) noção de política-partidária, forçadamente hifenizada por nós aqui. Ainda assim, é importante dizer como nos localizamos em relação a ela: para nós, trata-se, de um lado, de uma forma de governo e, de outro, do acionamento de um imaginário sociodiscursivo (Charaudeau, 2025a), nomeadamente no Brasil, que vê o termo como prática negativa. Em outras palavras, se, ao menos hoje, pode-se tomar tal noção, de modo geral e genérico, como uma atividade que se ocupa da divisão, orientação, disputa e exercício do poder em uma sociedade, representando uma forma democrática e institucionalizada de gestão em sistemas representativos modernos nas quais há um pluralismo baseado na presença de partidos políticos (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998), por outro lado refere-se, num saber de crença (senso comum), também ao uso do poder político para o favorecimento de agrupamentos aliados, à aplicação do domínio ao interesse próprio, em uma palavra: à política suja (Aguilar, 2013).

Esse último caso, já previsto por Aristóteles (1252), dá azo à corrupção, pois, “pela vertente da Ciência Política, a corrupção ocorre na interface dos setores público e privado, representando um tipo de agir político motivado pela satisfação de interesses privados, conforme um comportamento racional calculista, por parte dos atores” (Filgueiras, 2006, p.15). É nessa perspectiva que diversos processos têm concorrido, nos últimos anos, e criado uma dinâmica de deslegitimação da política (e da própria democracia) no Brasil que resulta em uma crise de validade dos partidos políticos, conforme nos sinalizam Filgueiras (2008) e Filgueiras e Avritzer (2013).

No contexto da política-partidária, em revisão literária, Barros (2015, p.694) aponta os processos que vão desde a desideologização partidária até a uma tendência geral na diminuição da importância dos partidos políticos, passando, claro, pelas reflexões acerca da baixa e fraca identificação com o eleitorado, motivada por um declínio na confiança do público em relação aos partidos; assim, parafraseando Manin (2013), Barros (2018, p.504) acentua que “os partidos deixaram de ser sujeitos políticos com identidades definidas e passaram a ser apenas instrumentos dos eleitores, empregados a cada eleição, dependendo das circunstâncias políticas”.

Nesse contexto, em lugar de apresentarem-se como representantes da verdadeira mediação política, característica dos atores e de seus respectivos partidos políticos, estes vendem-se em espetáculos na luta pelo voto e manutenção no poder, sustentada por uma performatividade maleável, adaptativa, muitas vezes valendo-se dos mais variados apetrechos midiáticos, para atender ao eleitorado (Han, 2022).

É essa outra concepção de política-partidária que queremos trazer para este texto: aquela que significaria a preocupação com a dinâmica de manutenção do poder, valendo-se do jogo dialético para mostrar que determinado partido e respectivo/a integrante a este vinculado/a são melhores do que os/as outros/as, não para o que é melhor para a sociedade visando à existência virtuosa, mas para o que é melhor para si, pensando na própria existência egoística. Nesse lugar, o que alimenta a fornalha de tal locomotiva parece ser o que queremos apresentar como retórica política: uma prática baseada na persuasão, como uma tentativa consciente dos oradores de influenciar o público, distinguindo-se da coerção, o que parece reconhecer a liberdade de escolha do público, conforme apresenta Burke (1982) baseando-se no pensamento weberiano.

No domínio do discurso político, Charaudeau (2018, p.79) nos sinaliza o lugar da persuasão, pois, cada vez mais e melhor,

o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova de persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social.

Todavia, esse mesmo autor nos sinaliza que um dos problemas do que chamamos aqui de retórica política está relacionado ao engajamento pelas emoções, falhando na dinâmica da transmissão de informações que possa gerar conhecimento; isso, em detrimento de efeito baseado no pathos. De certa forma, então, se a retórica política parece reconhecer o processo democrático, geraria um reducionismo argumentativo, para não dizer esvaziamento de sentidos, prejudicial à democracia, ao muitas vezes priorizar a eloquência persuasiva frente ao discurso racional, distorcendo potencialmente a compreensão pública e a tomada de decisões (Klemp, 2010).

A dita retórica política investe, por exemplo, em uma simplificação na veiculação discursiva de valores que, de alguma forma, demonstram o lugar do sujeito político inserido na vida dos homens em sociedade, condicionando-o em um slogan. Singulariza-se e essencializa-se (sintetiza-se) num duplo processo que visa a gerar fórmulas curtas, mas de ampla musculatura semântica, apresentando uma ou mais ideias de maneira concisa, a fim de gerar

efeitos de evidência (Charaudeau, 2018). Damos um exemplo: quando um político diz (e repete 209 vezes¹) que “não há [ou não houve] corrupção em meu mandato” ter-se-ia a perspectiva que derivaria para: “sou honesto” ou “não sou corrupto”², logo é alguém digno de confiança, pessoa em quem se pode e se deve votar. Note-se que se reivindica o termo corrupção no exemplo real, mote que, ao menos até 2022, ano da última eleição federal (anterior à produção deste artigo), parecia muito presente nas arenas públicas de debate, configurando-se como preocupação social. Mas, em que pese a sua presença na fala de um parlamentar, em exercício do ofício ou candidatável, em geral, tais concepções são postas em discurso apenas como chaves de leitura que visam a uma associação simbólica rasa.

Há quem justifique, talvez, a utilização pouco profunda de ideias como esta pela falta de tempo e espaço para que se possa penetrar em um debate mais denso. Tendo dado, porém, um primeiro passo nos fundamentos do que chamamos de retórica política, queremos desaguar nos aspectos que tensionam a presença de léxicos carregados de simbolismo nos discursos de candidatos(as). Para uma apuração mais direcionada, lançaremos um olhar para as construções empreendidas por esses sujeitos políticos em seus respectivos programas de governo, local em que, se imagina, haja extensão suficiente para reflexões mais dilatadas; ou não?

2. MAS O QUE É (OU DEVERIA SER) UM PROGRAMA DE GOVERNO?

A pergunta que abre esta seção se dá, pois há formas variadas de apreender tal objeto: em sua dimensão legal, enquanto um importante documento vinculado aos Tribunais Eleitorais, para fins jurídicos; tomando tal ferramenta mais como um objeto de marketing eleitoral; ou como uma ferramenta que efetivamente contribui para o processo democrático no Brasil. É preciso dizer, porém e de antemão, que as linhas parecem ser tênues entre as maneiras de tomar referido documento e, logo, o lugar de uma leitura crítica por parte do/a eleitor/a é fundamental.

Devemos recordar que uma Lei Federal de 2009 (nº 12.034), modificando trechos da chamada Lei das Eleições (nº 9.504 de 1997), colocou como obrigação aos partidos políticos, ao solicitarem à Justiça Eleitoral o registro de candidaturas, instruírem os processos adicionando um destacável termo: o rol de propostas defendidas pelo(a) candidato(a) a Prefeito, a Governador e a Presidente (Brasil, 1997). Nada contraditoriamente, a legislação não

¹ Apuração de falas de Jair Bolsonaro, disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-corrupcao-governo-prisao-milton-ribeiro/> – acesso em 03 jul. 2025.

² Mutatis mutandis, a noção de “não tenho nada a esconder, logo não sou corrupto”, pode ser uma variação também da ideia do “a corrupção só aparece quando há investigação”, uma das variações de uma ideia apresentada por Lula ao longo dos últimos 20 anos de sua trajetória política, disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/93100/lula-corrupcao-aparece-porque-governo-fiscaliza> - acesso em 03 jul. 2025.

define (até hoje) um formato padronizado nem o conteúdo mínimo e temático de tal documento. Logo, o nome “Programa de Governo”, ou a sua variação “Plano de Governo”, no contexto eleitoral, é menos um conceito e mais um neologismo advindo do politiquês que, de alguma forma, dá um tom mais formal àquilo que, muito embora, poderia ser visto mais como conjunto de promessas de campanha. A regra, então, parece ser cumprida, mas, sem uma estruturação que facilite, por exemplo, a comparação entre as propostas dos/das candidatos/as, dar-se-ia azo a estruturas enunciativas marcadas pela performatividade do ethos de candidatos/a, baseadas em narrativas heroicas destes/as e de suas respectivas filiações partidárias, pelo ataque às demais candidaturas – tomando os outros como os verdadeiros responsáveis pelos problemas da cidade/estado/país, entre outras possibilidades que contribuiriam menos para o que de fato tal ferramenta aparentemente se presta.

Raros trabalhos no Brasil, como os da professora Nara Salles (2019; 2020; 2021), porém, aprofundam-se em nuances dos programas de governo, trazendo perspectivas outras além de uma simples espécie de contrato comunicativo entre políticos e eleitores (Charaudeau, 2012). Há reflexões, por exemplo, que defendem que, mesmo em contextos locais e desfavoráveis (como os “grotões”), os programas de governo têm sido utilizados estrategicamente na disputa eleitoral, capazes de diferenciar candidatos e partidos, mesmo que parcialmente (Salles, 2019). Ademais, há estudos que veem tais documentos como instrumentos de comunicação seletiva de políticas públicas, nos quais partidos e candidatos enfatizam certos temas para criar identificação eleitoreira (Salles; Guarnieri, 2019). Estudos como estes, colocam-se ao lado de outras pesquisas que visam a meter à prova “a validade dos programas de governo como locus importante de ação política”, entendendo que “esses documentos também podem ser utilizados como uma ferramenta para identificar temas de políticas públicas considerados prioritários pelas candidaturas” (Diniz; Oliveira, 2020, p.2).

A partir da importância dos planos de governo para o contexto das eleições brasileiras e de sua essencial função em informar e definir plataformas políticas das candidaturas, pretendemos apontar como estes se valem de dois termos-chave para a retórica política-partidária: “corrupção” e “transparência”, uma vez que ambos parecem (em nossa percepção como pesquisadores e, também, eleitores) recorrentes na dinâmica discursivo-política brasileira. Tratam-se de assuntos com aderência social, consolidados por uma esteira narrativo-discursiva (conforme será apontado na seção 3). Assim, temos aqui como hipótese que, ao largo das últimas eleições, foram os dois termos tomados como problema e solução, instrumentalizados em programas de governo, nos quais foi trazida uma disputa por significados que opôs corruptos vs. honestos, transparentes vs. ocultadores, em um jogo que,

ao final, serve para esvaziar os significantes em polarizações simplificadas (Laclau, 2013; Mouffe, 2000), usados como apelos universais, mas aparentemente sem compromisso com soluções concretas.

3. O CONTEXTO DE UM CENÁRIO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

Obviamente, as manifestações das chamadas Jornadas de Junho (de 2013), grande mobilização que levou milhões de pessoas a passeatas em quase todo o país, não foram inicialmente motivadas pela temática da corrupção, mas foram, sim, apropriadas por esta e outras pautas difusas (para não dizer confusas), as quais se estruturavam em/por um sentimento de negatividade à política e aos sujeitos políticos em razão de sua aparente inoperância. Isso se deu, em parte, como deságue de uma esteira discursivo-midiática em que a corrupção política foi protagonista. Como coloca Braighi (2018, p.53), da promulgação do texto constitucional em outubro de 1998,

até ao Mensalão (em 2005), talvez um dos mais notados escândalos políticos brasileiros (dada a ampla publicização pelos media brasileiros), foram 28 casos de destaque que vieram a público em pouco menos de 17 anos. Do caso Collor e os Anões do Orçamento, passando pela Pasta Rosa, os Precatórios, a Máfia dos Fiscais, os desvios da Sudam no governo FHC, até a CPI do Banestado, Banpará, os Correios, no início da gestão Lula, entre muitos outros nesse entre-dois; o brasileiro se acostumou com notícias sobre a corrupção. Calhou, naturalizou, mas foi aos poucos conformando um sentimento de desprezo e aversão à classe política e, se conjectura, à própria política. Calhou, naturalizou, mas foi aos poucos conformando um sentimento de desprezo e aversão à classe política e, se conjectura, à própria política. Um certo acomodamento que parece ter “adormecido o gigante”, o próprio país, narcotizado e desmotivado com um cenário que parecia imutável. Todavia, num (aparentemente) súbito, brusco e imprevisto despertar, a sociedade estava de novo nas ruas em 2013.

Os brados das ruas, encampados ideologicamente, parecem ter sido vetorizados, na orientação da retórica político-partidária no conluio Centrão-Direita, entretanto, à figura máxima, à presidenta da república; a certa altura, era ela e seu partido os únicos responsáveis por todos os males da época – ao menos era o que parecia se extrair como sumo discursivo. Não sem motivos, quando esta é reeleita no ano seguinte, uma desilusão cai sobre uma sociedade já desiludida, imaginando que as ações outrora empreendidas foram em vão.

No entanto, a temática da corrupção já voltara ao cerne social e parlamentar como uma demanda a ser resolvida. Aliás, já naquele ano, a Polícia Federal intensificava ações contra a corrupção, realizando diversas prisões que ganharam ampla exposição midiática; a chamada Lava Jato e seus variados desdobramentos. “Além disso, é possível fazer menção ao pacote anticorrupção desenvolvido pela então presidente Dilma Rousseff e entregue ao Congresso Nacional em 2015 [...]; no mesmo ano, também ganhou notoriedade o projeto “dez

medidas contra a corrupção” do Ministério Público Federal” (Braighi, 2022, p.87); 17 maratonas de programação tematizadas na Corrupção, muitas delas realizadas por entes públicos, foram realizadas entre 2016 e 2019 (Braighi, 2020); fizeram parte da rotina dos media noticiar o esquema de propina entre empresas de ônibus e o governo do RJ em 2017, a investigação “Cui Bono?” também neste ano, a “Operação Zelotes” até 2018, entre muitas outras ações de grande repercussão correlatas.

É diante a esse contexto de relevo do tema corrupção na sociedade que gostaríamos de verificar se e como este apareceu em programas de governo em eleições. Se em 2014 a temática voltava à tona com ampla repercussão, como foi utilizada discursivamente nos mencionados planos? Ocorre que, nas eleições para os Executivos daquele pleito, não só no Federal o PT (situação) foi (re)eleito; em cinco outras Unidades Federativas o partido emplacou um governador, incluindo o estado de Minas Gerais (MG). Curiosamente, porém, quatro anos depois, este mesmo estado elegeu um *outsider*³, o empresário do setor varejista Romeu Zema, o que, de alguma forma, representava a tendência apolítica da população, na busca por uma solução “externa”, que pudesse dar rumo diverso à Administração Pública. Como figuras como ele, vindas de fora do espectro político, teriam tencionado a perspectiva da corrupção? Ao final dessa trilha, nossa inferência é a de que, pautada pelo discurso do então presidente da República, Jair Bolsonaro, como excluída do cenário político durante seu governo, a corrupção teria sido retirada, também, dos programas de governo em 2022; ou não? Como o mencionado Zema teria se apropriado de tal léxico para se reeleger em primeiro turno em seu estado?

Nada obstante, conjecturamos que, tão importante quanto verificar como a corrupção se insinua nos referidos documentos, também seria válido perceber o seu “par contrário”, o formador do “dualismo” a integrar todo um sistema de conexões lógico-mentais sem que o seu divergente seja precisamente mencionado (Lévi-Strauss, 2003). Para nós, o contrário do termo citado seria a transparência. Signo linguístico que carrega o “não ter nada a esconder”, é filho de iniciativas que ganham corpo na década de 1990, especialmente no contexto das reformas democráticas, da globalização e do fortalecimento do discurso anticorrupção, quando a *accountability* (grosso modo, prestação de contas ou responsabilização) se apresenta como valor (Fung, Graham, Weil, 2007). Nessa seara, organismos internacionais já existentes passaram a vincular, por exemplo, concessão de apoio a países em desenvolvimento a práticas de boa governança, nas quais a transparência fosse um pilar central (Grigorescu, 2003). Outros, como a assim denominada Transparência Internacional, são criados nesse período. Nesse

³ A convergência foi seguida por estados como o de Roraima (com Antonio Denarium, empresário do agronegócio), do Acre (com Gladson Gameli, antes senador, mas conhecido homem de negócios) e o de São Paulo (com João Dória).

contexto, transparência se torna um valor não só político, mas discursivo, frequentemente associado à ética. No Brasil, porém, a ideia de transparência ganha força nos anos 2000 com marcos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011).

Sabemos que, do ponto de vista analítico e técnico, há diferenças importantes, pois transparência não impede, por si só, a corrupção. Mas, em um nível retórico e simbólico, transparência veicular-se-ia como o contraveneno da corrupção, notadamente em empreitadas eleitorais. Transparência é uma condição para o controle social, mas não é unívoco à integridade. Um governo pode ser transparente na forma, mas manipular dados, sonegar informações importantes; em uma palavra, realizar a transparência performativa ou controlada.

Ao sujeito político, então, não ser corrupto é bom; ser transparente, é ainda melhor. Isso semelha incutir na dinâmica político-partidária o chamado complexo de Pompeia, a esposa de Júlio César, a quem não bastava “ser honesta”, mas deveria “parecer honesta”. Em outras palavras, é preciso a um/a candidato/a a determinado posto de representação política não apenas ser, mas construir o que Charaudeau (2018) chama de “identidade discursiva”, aqui atrelada ao lugar discursivo do(a) mantenedor(a) do imaginário coletivo sobre os valores e virtudes que um(a) bom/boa representante deve possuir. Esse autor, aliás, nos fornece a base teórico-metodológica para analisarmos a dinâmica discursiva na retórica político-partidária dos planos de governo.

4. SEMIOLINGÜÍSTICA COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

A Teoria Semioliológica (TS), fundada por Patrick Charaudeau, é uma derivação do amplo campo da Análise do Discurso Francesa (ADF), para a qual o (*um*) discurso deve ser compreendido I) no(s) âmbito(s) do(s) interdiscurso(s), II) supondo uma organização transfrástica, III) revelando-se como uma forma de ação IV) interativa, V) orientada/direcionada, VI) contextualizada, VII) assumida por um sujeito e VIII) regida por normas (Maingueneau, 2001). Para quem empreende pesquisas no âmbito político, é aparentemente fácil perceber que a retórica político-partidária se enquadra bem na perspectiva supramencionada; mas como isso se daria, especificamente, nos programas de governo?

Tal documento se configuraria no que Charaudeau (2012) chamaria de dispositivo material, componente da noção mais ampla de dispositivo na qual todos os elementos que fazem parte da dinâmica da situação comunicativa (voz, imagem, cenário etc.) são dados essenciais para entender o seu funcionamento, em razão de restrições que tal ou qual dispositivo coloca para o que pode ser dito, como pode ser dito e quando pode ser dito e até

por que deve ser dito, ajudando a definir as cláusulas de um “contrato comunicativo” entre os pares daquela interação – as quais ajudam a definir, então e ainda, finalidades e propósito da comunicação.

É a partir do dispositivo, ou circunscrito a ele, então, que um “ato de linguagem” se realiza. Este último conceito abarca a posição de que não apenas o “dizer” deve ser considerado para compreender um ato comunicativo, mas também o “fazer”, que se configura como “o lugar da instância situacional que se define ela mesma pelo lugar que ocupam os responsáveis deste ato [...] dizer e fazer leva-nos a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um circuito externo (Fazer) e de um circuito interno (Dizer), indissociáveis um do outro” (Charaudeau, [1985] 2025b, p.5).

Essa diferença entre essas duas instâncias aponta para o que sinalizamos como retórica político-partidária, uma vez que, nos programas de governo, o sujeito político (partido e candidato(a)) vale-se da performatividade para apresentar-se, no circuito interno, como um sujeito enunciador (que não necessariamente coaduna com o seu status psicossocial de sujeito comunicante do circuito externo)– visando a persuadir o/a eleitor/a, o qual é tomado como um sujeito destinatário do ato de linguagem, compreendido dentro de estereótipos (ou, melhor, em imaginários sociodiscursivos), que não necessariamente têm relação com quem de fato é e da interpretação que fará da aposta comunicativa. De outro modo,

na interação linguística temos que tratar com dois pares, o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi), que estão implicados na aposta de uma relação contratual. Esta relação contratual não repousa sobre bases objetivas fixadas pelos estatutos sociais dos pares fora de situação. Ela depende da aposta construída pelo próprio ato de linguagem [...] Na interação linguística temos que tratar com dois protagonistas: o sujeito enunciante – ou enunciador – (EUe) e o sujeito destinatário (TUD) que se definem como os seres de fala da atualização do Dizer produzido pelo EUc e interpretada pelo TUi. Estes seres de fala tomam faces diferentes segundo os papéis que lhes são atribuídos pelos dois pares do ato de linguagem, em função da sua relação contratual (Charaudeau, [1985] 2025b, p.7-9).

Entendemos que os programas de governo sejam produtos que se configuram como circunstância material, suporte para a veiculação discursiva de partidos e respectivos/as candidatos/as, que, muito embora, consideram um destinatário e performam-se para eles considerando as restrições de um documento demandado e fiscalizado pela Justiça Eleitoral. A finalidade primária, como já encetamos, é a de convencer o TUD (projeção de um eleitorado) de que o EUe (manifestação discursiva do(a) candidato(a)) é a melhor opção para determinado posto de representação política. Nesse lugar, temos como hipótese que o propósito de uma existência virtuosa é utilizado como máscara para esconder as intenções de assunção ao (ou

manutenção do) poder. Para tanto, valem-se do que Charaudeau chama de modos de organização do discurso (Charaudeau, [1985], 2005).

Tratam-se de “procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação, que correspondem a algumas finalidades” (Charaudeau, 2001, p.337). Dividem-se em enunciativo (“colocação em cena dos protagonistas da enunciação [...] com auxílio dos procedimentos de modalização” – conforme se compreende a alocação, a elocução e a delocução), descritivo (identificação, localização e qualificação), narrativo (sucessão de ações que implicam os sujeitos do ato de linguagem) e argumentativo (relações de causalidade entre as ações nas quais estão imbricados os sujeitos do ato de linguagem).

5. MÉTODO E UNIVERSO DE ANÁLISE

Num tom um tanto ensaístico, tomaremos, então, aspectos diversos da TS para verificar onde, como e por quê, aparentemente, as palavras “corrupção” e “transparência” foram utilizadas em planos de governo desde as eleições de 2014. De modo a empreender um recorte mais localizado e produtivo para um artigo científico, realizamos a análise da recorrência dos termos supramencionados em documentos de candidatos/as ao posto de governador/a do estado de Minas Gerais.

5.1. Minas Gerais, por quê?

Um axioma na cultura política brasileira é a de que “candidato/a à presidência que ganha em Minas Gerais, ganha no Brasil”. Talvez inculcado no imaginário de um povo precavido e fiel às tradições, o dito é (ainda) verdade derivando-se do fato de Minas Gerais possuir o segundo maior colégio eleitoral do país (cerca de 10% do total de eleitores/as)⁴. Mas, “são, pelo menos, várias Minas”. A frase atribuída a Guimarães Rosa, em uma ode também às Gerais, sinaliza peculiaridades do estado; seu texto, poético como não haveria de ser o contrário, revela as complexidades geográficas de um estado-nação que, não sem motivos, desvelam os próprios enredamentos do país, numa diversidade econômica, social, cultural, e até climática, sem igual mundo afora. Não sem motivos, nas pesquisas eleitorais presidenciais, o estado é tido como “termômetro” para o país.

Ademais, na própria cadeira presidencial, Minas Gerais tem grande representatividade (10 pessoas nascidas no estado já assumiram o posto, empossadas ou interinamente), o que poderia demonstrar o valor dos/as candidatos/as advindos deste estado como nomes proeminentes a governar o país, muitas vezes pelo caráter moderado/equilibrado destes,

⁴ Segundo informação de 2024 do TSE. Vide em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/brasil-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2024>

revelando-se, talvez, como arquétipos do próprio povo, que, tendencialmente, procuraria dar manutenção ao que está posto. Não sem motivos, após a redemocratização, “ao longo de 10 mandatos, PMDB e PSDB dividiram a hegemonia de poder em Minas Gerais” (Fernandes, Oliveira, Gomes, 2024).

Todavia, talvez os candidatos⁵ eleitos por esses partidos tenham ainda sabido, em seus discursos, direcionar-se à heterogeneidade do amplo e diverso eleitorado do estado, captando tendências e abordagens simbólicas representativas para cada uma das regiões de Minas Gerais. A análise dos planos de governo de candidatos ao governo deste estado, entre os anos de 2014 e 2022, permite, por sua vez, observar as inflexões no discurso dos candidatos, marcando transformações históricas: a primeira vez que o PT vence naquelas terras (2014), bem como as conquistas do recém-nascido Partido Novo (2018 e 2022). Nesse contexto, analisar se e como as palavras “corrupção” e “transparência” foram léxicos importantes para uma tentativa de mudança de mentalidade eleitoral visando à eleição, tensionadas nos programas de governo, é um dos nossos focos.

5.2. O corpus

Este trabalho é possível graças à “Lei Federal Brasileira 12.527” (BRASIL, 2011), conhecida como Lei de Acesso à Informação, cujo objetivo é garantir o direito de acesso a dados públicos com o objetivo de promover transparência na governança. Ela surgiu da necessidade de garantir que os cidadãos possam solicitar e obter informações das autoridades públicas, aumentando assim a responsabilidade e prevenindo a corrupção. Embora os dados produzidos por autarquias públicas, o que inclui toda a sorte de documentos que não estejam sob a égide do sigilo pela segurança nacional, estejam disponíveis ao público, não há uma maneira uniforme, tampouco padronizada, de disponibilizá-los. Logo, cada órgão ou autarquia ligada ao poder público tem a liberdade de estruturar as informações variadas de forma própria. Muitas vezes, os dados podem ser compilados em formatos tabulares ou *links* dinâmicos com metadados esparsos. Essa realidade pode exigir que o cidadão interessado em consultar tais informações deva ter um alto grau de letramento computacional e de dados para conseguir extrair, organizar e comparar tais dados. Do ponto de vista de pesquisadores, tal variabilidade gera grandes dificuldades, pois leva à necessidade de ações de raspagem⁶ e geração de dados específicas para cada contexto de análise.

⁵ Minas Gerais nunca elegeu uma mulher para o posto máximo do estado.

⁶ Técnica também conhecida como *scraping*, tratando-se, basicamente, da extração de informações de um site, transformando dados não estruturados de páginas da *web* em um formato estruturado e útil, como uma planilha.

É o caso do Tribunal Superior Eleitoral (doravante TSE), que disponibiliza os dados organizados anualmente por meio de um site em sistema *Flash*, com *links* não padronizados. O tribunal organiza sítios de internet individuais para eleição (ano), nível (governadores, prefeitos e presidente), por estado (governadores e prefeitos), cidade (prefeitos) e por candidato; ou seja, para viabilizar a comparação entre os candidatos nos diferentes anos, como é nosso objetivo, caberia acessar-se 23 sítios distintos, número de candidatos ao governo mineiro entre 2014 e 2022, e executar-se o *download* dos documentos individualmente. Além disso, parte significativa dos textos são imagens salvas em formato PDF, arquivos que não permitem a seleção textual ou a conversão direta para texto simples, sendo, por conseguinte, não viáveis para pesquisa linguística.

Pode-se contra-argumentar em favor da obtenção dos dados por lote, afinal existe uma API⁷ no sítio do tribunal. Essa, que oferece toda a sorte de informações sobre o tribunal, inclui os programas do governo para *download*. Todavia, tais *softwares* são obtidos sem metadados acompanhando os textos, os quais são nomeados por números aleatórios. Em alguns casos, a nomeação dos textos possui o nome do candidato, mas, mesmo nestes casos, foram encontrados alguns enganos de nomeação. Tal realidade gera dificuldades ao pesquisador, pois o tempo de renomeação e reestruturação dos dados pode ser maior do que se uma alternativa automática fosse realizada. Dessa forma, os dados tiveram de ser raspados com a utilização de comandos na linguagem de programação Python, que também serviram como base para o reconhecimento de caracteres (OCR), transcodificando as imagens em texto simples. Cada sítio de eleição/cidade ou estado/candidato oferece um *link* fixo para o programa e uma planilha de dados com alguns metadados básicos⁸.

Após pré-processamento, os textos foram disponibilizados como parte do BrPoliCorpus (Lima-Lopes, 2025); corpus da linguagem política brasileira que está em desenvolvimento desde 2022, o qual consiste em um banco de dados dos discursos de posse dos presidentes brasileiros de 1889 a 2023, bem como⁹ de todos os discursos parlamentares de 2000 até o presente e todos os programas de governo dos candidatos a governador e presidente da

⁷ Sigla que, traduzida, significa “Interface de Programação de Aplicações” e pode ser definida como um conjunto de regras ou caminhos que permitem diferentes sistemas comunicarem-se. Elas estão no dia a dia computacional, representando a comunicação entre, por exemplo, programas em um computador ou de um computador com diferentes sítios em linha. Um exemplo seria a interação entre o aplicativo dos celulares e os sistemas bancários. No contexto da obtenção de dados para pesquisa, uma API, muitas vezes, é usada como uma porta que o programa pode usar para obter dados. Muitas APIs usam linguagens próprias, exigindo a escritura de programas específicos.

⁸ Essas planilhas e seus *links*, que foram manualmente obtidos, serviram como base informacional para a automação do processo.

⁹ O corpus foi ampliado por meio de uma colaboração entre a Unicamp e a TU-Darmstadt, com financiamento da Capes e da Fundação Alexandre von Humboldt. O projeto é atualmente apoiado pelo CNPq.

República desde 2014¹⁰. Este material é um esforço de sistematização e divulgação de documentos públicos que podem servir a diversas áreas de pesquisa, tais como Linguística, Comunicação, Ciência Política e História. Neste trabalho, valendo-nos do BrPolisCorpus, utilizamos os planos de governo de todos os candidatos a governador de Minas Gerais (2014 - 2022). A tabela 1 traz um resumo dos dados, mostrando seu tamanho em *types* (palavras diferentes) e *tokens* (palavras totais) organizados por partido e ano.

Tabela 1. Dados dos programas de governo

Partido/Ano	2014		2018		2022	
	Types	Tokens	Types	Tokens	Types	Tokens
PCO	2455	9867	—	—	543	1487
PSDC	1254	2860	—	—	—	—
PT	1519	4792	857	2409	—	—
PSOL	2382	11903	—	—	6490	37829
PSDB	951	2737	2214	7401	1845	5586
PCB	3510	15480	—	—	2440	9545
PSB	2239	8623	—	—	—	—
MDB	—	—	2676	10472	—	—
AVANTE	—	—	517	1049	—	—
REDE	—	—	2569	9525	—	—
PSTU	—	—	2387	9998	—	—
NOVO	—	—	3237	15884	2516	11252
PMB	—	—	—	—	1243	3172
PL	—	—	—	—	1815	7675
UP	—	—	—	—	1289	3676
PSD	—	—	—	—	4996	25301

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados dos programas de governo

5.3. Dados

Antes de mais nada, é preciso dizer que a busca como fora realizada, pela raiz dos termos destacados para essa pesquisa, entregou as palavras que se pretendia verificar (“corrupção” e “transparência”), bem como o que chamaremos aqui de derivações. Se, de um lado, obteve-se como retorno “corrupta”, “corruptos”, “corruptores” e “corruptivas”, do outro advieram léxicos como “transparências”, “transparente” e “transparentes”, sinalizando que, a despeito do substantivo designativo de um tipo de ação, as variações dos termos em destaque são aplicadas nos planos de governo também como adjetivos, o que poderia sinalizar que formas qualificadoras de utilizá-los seriam uma tendência.

¹⁰ Foram raspados todos os dados disponibilizados pelo TSE nos níveis de governador e presidente.

Viu-se que, nos três períodos analisados, a palavra “corrupção” (e derivações) foi citada 34 vezes nos Programas de Governo, ao passo que “transparência” (e derivações) foi mencionada 61 vezes; a teriagem valendo-se mais do que o achaque. Apenas no pleito de 2018 as duas tiveram alguma paridade em menções: 25 para a primeira e (ainda assim) 29 para a segunda. O PSTU foi o partido que mais utilizou o léxico “corrupção” em seu documento de proposições: 11, seguido de longe pelo Novo que, a despeito de ter participado de dois dos três sufrágios, citou o termo cinco vezes. Interessa notar que PT e PSDB não citaram a palavra¹¹. No entanto, quando o tema é a “transparência”, estes dois últimos partidos fazem menções: o partido de Fernando Henrique Cardoso (FHC) cita o termo sete vezes, ao passo que o de Lula menciona o léxico quatro vezes. Todavia, o campeão de menções à transparência foi a legenda de Romeu Zema. O Novo veicula o termo transparência 20 vezes em seus Planos, 12 vezes a mais que o segundo lugar, o MDB.

Tabela 2. Intenções no uso dos termos nos programas de governo

Utilização do termo	Corrup [...]	Transpar [...]
Forma acusatória	7	9
Forma dissertativa	11	3
Forma qualificadora (ethos)	0	6
Forma propositiva	16	43
<i>Total</i>	34	61

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados dos programas de governo

Na sequência, observamos o contexto em que cada palavra foi utilizada. Após, chegamos à inferência interpretativa, que será melhor apresentada na próxima seção, de que os termos se dividem entre abordagens: acusatórias (fazendo alusão, direta ou indireta, à instância adversária); propositivas (aplicando os léxicos em compromissos de campanha eleitoral); de performances do ethos, autoqualificadora (valendo-se das palavras para passar uma imagem positiva de quem são os partidos e os candidatos); e dissertativas (em que contextos e históricos sociais, econômicos e políticos são apresentados).

6. ANÁLISE

Para facilitar nossa visualização e comentários, parece válido ver alguns exemplos de como as configurações discursivas se estabeleceram nos programas de governo. Como não será possível tratar de todos, salientamos alguns excertos que, por motivos diversos, se destacam para nós em cada uma das formas listadas na Tabela 2.

¹¹ O PSDB participou dos três pleitos eleitorais. Já o PT, não participou com candidato a governador da eleição de 2022, fazendo parte da chapa encabeçada pelo PSD, do candidato Alexandre Kalil. Vale dizer que o PSD, por sua vez, também não citou a palavra corrupção no conteúdo programático nenhuma vez.

6.1 Forma propositiva

Entre as quatro formas de utilização dos termos em destaque, a que mais chama a atenção quantitativamente é a propositiva, ligada aos compromissos de campanha dos/as candidatos/as ao governo de Minas Gerais, e, por isso, falaremos dela de largada. É preciso reconhecer que, ao menos a priori, a maneira de abordar os léxicos “corrupção” e “transparência” coadunam com o que se espera de uma estrutura programática que atenda aos princípios basilares da democracia: candidatos(as) e partidos dizendo quais são suas propostas para o estado. Todavia, é preciso apresentar algumas contradições e o já previsto esvaziamento de sentidos na utilização dos termos e, até, nas articulações argumentativas.

O primeiro destaque, de 2014, é do PSOL, legenda que, à época, tinha como candidato Fidélis Alcântara. No documento é dito, por exemplo, que “o combate à corrupção se dará na transparência das licitações, ao vinculá-las à economia popular”. O partido parece unir duas ações ligadas aos “temas quentes”, em destaque neste artigo: “combater a corrupção” e “gerar transparência”, esta última “nas licitações”, sendo a primeira intervenção, discursivamente, consequência da segunda. Todavia, coloca-se como meio “vincular as licitações à economia popular”, o que parece dizer que a culpa da corrupção é da participação de grandes empresas nos processos de compra e aquisição de serviços por parte do governo estadual.

A construção semelha, ainda, aludir às perspectivas ideológicas do PSOL, sobretudo no que se refere ao seu posicionamento anticapitalismo, combate a desigualdades e fortalecimento do poder popular, o que, ainda que coerente, não indica, argumentativamente, resolver os problemas em tela, gerando apenas uma falácia da falsa causa (*non causa pro causa*) ou, no mínimo, uma inconsistência prática.

Naquele mesmo ano, o PCB, outro exemplo, asseverou que faria “investimento na qualificação das investigações sobre crimes de corrupção, homicídios, roubos, furtos e crimes financeiros”. É, sim, uma proposta, um posicionamento, mas, além de não dizer como faria isso, o partido parece igualar ações hediondas, como o assassinato, à corrupção, em falsas equivalências que servem, muito embora, para demonstrar o quão contrária a legenda é com tal prática. Desse modo, tal performatividade, indiretamente, lustra o ethos de virtude do candidato do partido, o Professor Túlio Lopes, o que já nos sinalizaria o que, à frente, chamaremos de imbricamento de formas.

Ainda em 2014, o PT¹², que venceu o pleito, destacava em título de subseção em seu programa de governo para MG uma proposta de campanha: o “compromisso de comunicação permanente com os cidadãos e gestão transparente e eficiente”. Salienta-se uma passagem, aliás, em que dizia querer “tornar pública e transparente as informações sobre violência e performance da segurança” do estado. Vê-se que, aqui, o termo “transparente” é um qualificador tautológico de informações a se tornarem públicas. O partido alude à necessidade de transparência em relação às práticas da Polícia Militar de Minas Gerais (PM-MG), de alguma forma, então, vista como corrompida, à luz da convivência do governo de situação (PSDB). Guardadas as devidas proporções, também joga com os partidários petistas, com a esquerda de modo geral, a qual tem muitas reservas com a força policial militar¹³. É um estratégico mecanismo de retórica que, a um só tempo, traz proposição, ataca indiretamente a atual gestão e ainda dialoga com um TUD bem definido, dado o imaginário militante.

Em Minas Gerais, o principal opositor do PT àquela altura era o PSDB, que se propunha, por exemplo, a fazer o que chamou de “boa governança”, que estaria “sustentada nos pilares da transparência, da responsabilidade, da prestação de contas e da equidade”. Tal dizer propositivo alude a perspectivas levadas a cabo por FHC na presidência da República com o chamado Novo Gerencialismo Público (ativando aspectos intertextuais do discurso), a ecoar ainda recomendações (ao menos discursivas) de organismos multilaterais, como a OCDE e o Banco Mundial. O termo governança, aliás, é repercutido em vários planos, sobretudo daqueles alinhados aos partidos mais moderados (ou de Centro).

Quatro anos depois, em 2018, o MDB, do candidato Adalclever Lopes, então deputado estadual, por exemplo, assumia “o compromisso de colocar em prática uma governança e uma gestão democrática e participativa, aberta a todos os mineiros, pautada pela tolerância zero para com a corrupção e os privilégios”. O partido, naquele ano, colocava o envidar de esforços no combate à corrupção e ações transparentes, aliás, como uma tônica. Nesse lugar, o “tolerância zero”, apesar de não trazer meios claros para a empreitada de combate à corrupção, tem apelo moralizante, respondendo à crise de confiança e à construção de uma autoridade simbólica ao candidato – reclamando talvez aquela mesma discursivamente atribuída ao então presidente da República, Michel Temer, que ocupava o cargo após o *impeachment* (ou golpe, a depender do ponto de vista) contra a presidenta anterior.

¹² Partido que teve poucas intervenções nos programas de governo ligadas à “corrupção” e à “transparência” (e, por isso mesmo, será menos citado neste artigo) sempre foi propositivo quando estas eram os léxicos em destaque.

¹³ Vale dizer, por exemplo, que, em 2013, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), protocolou Proposta de emenda à Constituição que pretendia, grosso modo, desmilitarizar a PM.

Naquele ano, quando o Novo saiu vitorioso, uma das propostas deste outro partido era “acabar e dar transparência a este sistema para dar lugar à livre concorrência e garantir a igualdade de oportunidades” – o dito sistema é mencionado como aquele no qual “empresas e setores recebem mais subsídios que outras” e que não prestam contas dos benefícios à sociedade. Como encerrar tais práticas e o que seria posto em cena não é mencionado. Todavia, o discurso parece acionar uma memória discursiva, por exemplo, ligada aos incentivos à cultura e à ideia de que artistas recebem verbas do governo, sem critérios. A proposta, esvaziada de meios concretos, conclama discursos de direita ou de conservadorismo fiscal-moral, que foram intensificados no Brasil, sobretudo a partir de 2013. Trata-se de um gatilho ideológico importante para um partido que se dizia púbere, mas já repercutia ideias cristalizadas em um espectro político de destra, tentando atingir um TUd bem específico. O termo “corrupção”, então, parece omitido, mas conclamado em tais construções. Em 2018, aliás, o partido citou tal palavra quatro vezes, ao passo que “transparência” foi veiculada 13 vezes.

A tendência proporcional entre os termos se manteve em 2022, quando, apesar de mais econômica no vocabulário, a legenda mencionou “corrupção” uma vez e “transparência” sete vezes. Nesse último ano, construções como a proposta de “Integração, transparência e combate à corrupção” (numa organização transfrástica, discursiva, com valor de quase-slogan) foram percebidas em uma aposta textual, ligada à perspectiva propositiva, mais prática, reducionista e direcionada. No último sufrágio, porém, “transparência” foi menos utilizada atrelada às promessas de campanha, uma vez que o partido de Romeu Zema se valeu do termo para falar bem de si mesmo. Senão, vejamos a seguir.

6.2 Forma qualificadora

Conforme vê-se na Tabela 2, ninguém se vale do termo “corrupção” para qualificar-se, mas, sim, da “transparência”. O Novo, como dissemos anteriormente, é o que mais empreende tal ação discursiva. Em 2022, relatou que “fica claro que, em tão pouco tempo, o compromisso com uma realidade transformada, a partir do senso de compromisso, responsabilidade, justiça, ética, transparência, inovação e respeito à liberdade é comprovada a partir de resultados reais que elevam continuamente a qualidade de vida dos mineiros”, fechando com a ideia de que “é muito importante que o eleitor saiba quão benéfico é dar continuidade às políticas públicas que estão no caminho certo”. Os excertos advêm como conclusão de uma narrativa acerca do primeiro mandato do empresário Zema, assimilados em torno de uma ampla descrição qualificativa (da qual o senso de “transparência” faz parte) que coaduna com um omitido “logo” (conjunção coordenativa conclusiva baseada na razão) que sustentaria o motivo para votar

novamente no candidato. Essa prática se repetiu no Plano de Governo de 2022 para elogiar não apenas o partido/governo/governador, mas, inclusive, o próprio estado (“o mais transparente do Brasil” – obviamente, em alusão ao governo) e até o povo (“mineiros, pessoas comuns, transparentes”), numa amálgama que parece querer colocar em triangulação o território, seus cidadãos e quem os governa, a dizer: somos iguais em valores e virtudes e, por isso, devemos assim continuar. O EUe seria, assim, uma extensão do TUD – e vice-versa – amalgamados pelo macrodispositivo (Minas Gerais).

O outro partido que trouxe para si o termo “transparência” para valorizar-se foi o PSDB, justamente em 2014, quando tentava se reeleger. Àquela altura, dizia que “Minas Gerais adotou um modelo de eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública, reconhecido por instituições internacionais, como o Banco Mundial, e atestado, em âmbito global, pelo grau de investimento concedido pelas agências de rating Standard & Poor’s e Moody’s”. O que fora feito naquela gestão, é declarado positivo pelo uso do argumento de autoridade, a partir da menção a actantes aliados (no discurso não ao governo, mas ao próprio estado, pois é ele o agente da ação no início da construção). Tem-se aqui um fragmento de encenação narrativa que coloca frente a frente um sujeito comunicante (partido), que se camufla como Minas Gerais (sujeito enunciador), direcionado a um sujeito destinatário idealizado e compósito (não apenas o cidadão, mas o mercado financeiro, por exemplo) que parece conhecer o histórico da legenda e seus já mencionados comprometimentos com uma política neoliberal, vistos, no entanto, como positivos, a performar um ethos de competência e com credibilidade em cenários extra-MG.

Ainda sobre o PSDB, após perder o pleito de 2014, vale fazer menção ao que disse, em estratégia elocutiva, Antônio Anastasia, candidato em 2018: “É imbuído de coragem e serenidade para enfrentar essa realidade que hoje vivenciamos, valendo-me da transparência para mostrar à população a real situação do estado, que me apresento como candidato”. Isso, depois de salientar que já fora governador de MG e que voltava ainda “bem mais motivado”, numa articulação descritiva de si (em que a transparência é valência), a serviço de uma narração que deságua nos motivos para voltar: uma situação de Minas Gerais que parece estar sendo escondida da sociedade, dada a falta de transparência do governo em curso (do PT). De alguma maneira, acusa-se Fernando Pimentel, então governador, de não ser transparente e é feita, indiretamente, uma proposta de governo.

6.3 Forma acusatória

Acusar alguém de ser corrupto ou de não ser transparente foi uma estratégia dos programas de governo entre Minas Gerais. As duas apostas comunicativas apareceram de

modo equilibrado, conforme a Tabela 2. Mas, em 2014, o Partido da Causa Operária (PCO) foi o único que utilizou tal estratégia. Naquele ano, a legenda delatava uma suposta conjuração da “extrema direita nacional” com os “meios de comunicação” e até “certo apoio da esquerda pequeno burguesa” em favor de um discurso “contra a corrupção” que, em verdade, seria uma desfaçatez em prol de uma “ditadura entreguista, assassina e corrupta” – isso tudo e mais em um só período. Essa aposta comunicativa, baseada em uma teoria conspiratória geral (todos, os outros, contra nós, povo-legenda), no entanto, traz uma denúncia mais direcionada ao partido da situação em Minas Gerais, quando, na sequência, é dito que “os maiores criminosos e corruptos do País (como os tucanos¹⁴ [...]) mantêm-se em liberdade”. Em certa medida, porém, poder-se-ia ver tal construção como dissertativa também (na medida em que enfileira asserções acerca de como o mundo se impõe contra si), e, até certo ponto, qualificadora do partido (sujeito comunicante), na medida em que aciona uma modalidade delocutiva para se esconder no texto e tragar para si adjetivos positivos diante de toda a crítica feita às outras margens políticas.

Já em 2018, Novo e Rede, que teve como candidato Mares Guia, se alternaram nas acusações ao governo em situação até aquele ano (o do PT). Enquanto o primeiro foi mais comedido nas denúncias, adotando um tom de distanciamento, o segundo é mais direto, apesar de valer-se de um tom um tanto poético (quase dramático) em suas construções, a fim de, talvez, afetar pelo pathos, a saber:

- I) Novo: “Há baixa qualificação de ações prestadas por órgãos públicos para a população e falta de transparência de dados e das decisões das instituições, além da corrupção”;
- II) Rede: “Ah, maldita escassez de virtude e maldita abundância de vício, pois aquele outro, também governador e vindo da esquerda, que deveria testemunhar esperança na ação e a prática da promessa da ética na política, projetou-se na ruína, acusado de corrupção e incapaz de apresentar defesa razoável e crível. Conduziu Minas à beira do abismo da falência financeira, da desconfiança no governante, do desencantamento com a política”.

Se, de um lado, há uma abordagem persuasiva pelo logos, na qual a corrupção é acessória de uma série de outros problemas implicados pelo partido de Zema, há outra mais lírica, que visa gerar efeito pela comoção; ambas, invariavelmente, demonstram o lugar dos inimigos públicos e, por outro lado, querem destacar a necessidade de renovação – a qual poderia ser assumida por quem, justamente, empreende a acusação.

¹⁴ Uma referência à ave que é símbolo do PSDB.

Eleito em 2018, no pleito eleitoral seguinte o Novo não fez acusações. Coube, por exemplo, ao PSD, partido de Alexandre Kalil, ocupar-se desse lugar, justamente para empreender insinuações contra a legenda governista, tal como: “De lá até hoje, nenhuma outra informação foi divulgada pelo órgão¹⁵ que tem como missão institucional agir com transparência, tornado “as ações do sistema disponíveis e acessíveis à sociedade””. É relevante perceber que o principal opositor de Zema na campanha daquele ano destacava uma deficiência que é, justamente, um dos carros-chefes da plataforma novista, a utilizar o termo “transparência”, como vimos, muito como forma qualificadora.

6.4 Forma dissertativa

Por fim, tem-se a forma de apresentação dos termos “corrupção” e “transparência” nos programas de governo num modo que poderíamos também chamar de expositivo. Esse tipo textual nos documentos, muitas vezes, é articulado numa escrita reflexiva e analítica que, muito embora pareça dissonante com uma espécie de gênero textual previsto (que deveria relacionar tão somente propostas), serve de assentamento discursivo de um contexto sociopolítico (a partir do ponto de vista do sujeito enunciador), sobre o qual as intervenções/promessas se justificam. Nesse contexto, a forma dissertativa está em estreita relação com (para não dizer a serviço da) forma propositiva. Aliás, as linhas são tênues, também, com as outras formas. Senão, vejamos: em 2018, têm-se os principais destaques desse mecanismo, pois, em 2014 e 2022, ele fora pouco utilizado. Naquele ano, por exemplo, quando o Avante e o seu candidato, Professor Claudiney Dulim, dizem que “não há democracia quando as instituições são avassaladas pela corrupção”, não se faz uma acusação direta ao PT (governando naquele ano), mas se alude; tampouco se propõe acabar com a corrupção, mas se essa é uma problemática apontada no programa de governo, é porque receberá atenção do sujeito enunciador, o qual, a partir de sua análise, vende-se como portador de um saber, logo sendo valorado indiretamente por isso.

Ainda em 2018, o PSTU afirma que “como os escândalos de corrupção atuais não deixam margem para dúvida, a relação entre iniciativa privada e pública é corrupta e serve os interesses do capital financeiro”. O excerto alude a posicionamentos ideológicos já aqui mencionados, mas, nele, a corrupção serve tanto para ativar a memória sobre casos ligados ao PT e ao PSDB (em forma acusatória), quanto de argumento para empreender proposição: a “estatização dos recursos naturais do estado”.

¹⁵ Falava-se no trecho do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG).

Por fim, destacamos ainda um fragmento do texto do MDB, quando este partido indica, em tom dissertativo, a importância da “administração moderna”, a qual “fortalece as controladorias, fiscaliza rigorosamente os contratos e reforça a transparência”. Em certa medida, a legenda fala de si (ethos) e do que pretende fazer (proposta) demonstrando simultaneamente e por inferência que a atual administração (PT) não é moderna e não faz o que a este adjetivo está ligado (acusação). Percebe-se, portanto, que essas formas estão, de certa maneira, imbrincadas, ainda que tentemos categorizá-las descritivamente.

6.5 Formas imbrincadas

Vê-se que, nos programas de governo, a forma dissertativa, a última aqui analisada, visa a apresentar os problemas do estado para o TUD. Todavia, “corrupção” e “transparência” aparecem menos como questões diretas a serem resolvidas, senão como lócus de intervenção nos quais, sendo sanados, trazem resolutivas para as implicações outrora levantadas. Ocorre, porém, como vimos, que uma abordagem afeta a outra. Desse modo, ainda que tentemos pensar em uma trilha narrativo-argumentativa bem arranjada, com processos e sequências que se justifiquem de modo coeso e coerente (situação problemática – causa/causador – agente da resolução – intervenção, bem como seus meios e motivos), os efeitos indiretos junto ao TUI podem ser os mais variados, tencionados que são, bem estrategicamente, por formulações textuais que visam a depreciar o outro enquanto propõem soluções; valorar o proponente do programa de governo enquanto acusa o atual governo; apresentar-se como propositivo quando fala bem de um passado recente do proponente; entre muitas outras facetas indiretas.

É não só por isso que podemos dizer que os programas de governo são, efetivamente, plataformas discursivas na qual interdiscurso(s) são acionados, bem contextualizados (a valer-se da “corrupção” e da “transparência” muito mais em um período de efervescência dos termos na sociedade, 2018, em detrimento de outros) e numa dinâmica interativa com um destinatário que ora é heterogêneo (a sociedade mineira), ora é orientado de forma homogênea (a militância partidária) e até compósito (compreendendo vários públicos).

O dispositivo material programa de governo, porém, ainda parece permitir experimentações, em razão de normas (ou restrições) menos densas justamente em função da falta de padronização e regulação por parte da Justiça Eleitoral. Não sem motivos, a linguagem e os termos que nos interessam são tensionados de diversas formas: quase-manifesto por partidos como PCO e PSU; poético-dramática por legendas como a Rede e Avante; relatorial-documental, pelo PSDB; propositiva, pelo PT; e metalinguística, pelo Novo, atento a uma escrita menos densa, fruto, talvez, de uma leitura mais rápida e prática no tempo presente. Assim, se

para este último partido um contrato diferente precisa ser assinado com o leitor/eleitor, para aqueles (de extrema esquerda) é justamente a manutenção das cláusulas de outrora o que parece dar azo à sua existência. Suas finalidades (a do PCO e do PSTU) com tal documento, nesse caso, não parecem ser a de “Fazer-Eleger”, mas “Fazer-Saber” sobre questões sociais (ligadas à “corrupção” e à “transparência”) para eles fundamentais.

Os propósitos de todos os sujeitos enunciadoreis, porém, parece ser um só: um estado melhor para os mineiros – a outrora mencionada vida virtuosa em comunidade. Porém, pautam-se ora pela “manutenção” ora pela “mudança”, justamente a depender do lugar que ocupam (situação ou oposição). O ato de linguagem trazido pelos planos de governo, nesse caso, pressupõe um EUE variável, mas que pretende, durante todo o tempo (direta ou indiretamente), valorar o EUE (externo), seja pelo destaque do que este fez, faz ou fará em relação à “corrupção” e à “transparência”, quer seja pelo apontar a um ELE que, diferente que é do sujeito comunicante, é o causador dos problemas a Minas Gerais, nomeadamente também junto aos léxicos aqui destacados.

Discursivamente, isso se dá a partir de variados procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação e, se se tinha como inferência que os programas de governo seriam conformados essencialmente no modo argumentativo, uma vez que estes têm como finalidade primária a persuasão, engana-se; a argumentação pode até estar presente, mas, muitas vezes, há um esvaziamento de sentido, meios ausentes para empreender ações e até razões duvidosas, amparadas por um ponto de vista afetado por ideologias de variados matizes, que denotam a ausência da/de razão nas proposições ligadas à “corrupção” e à “transparência”. Ademais, os partidos e candidatos/as valeram-se de outras formas auxiliares para problematizar, elucidar e até provar as proposições de mundo que tinham. Como exemplo, para demonstrar que determinado sujeito político é preparado para um cargo público, apresenta-se a carreira dele/a (sua história de vida e profissional), ou, de outra forma, as conspurcadas trajetórias dos adversários; da mesma forma, são utilizados variados adjetivos, às vezes até marcados com advérbios de intensidade, para descrevê-los (os sujeitos enunciadoreis e seus competidores); e, por fim, marcam-se os discursos com mecanismos variados de apresentação dos sujeitos, colocando-se o EU em primeiro plano (elocução), escondendo-o (delocução) ou destacando o TU na interação (alocução) por motivos variados, o que sinaliza, respectivamente, os modos narrativo, descritivo e enunciativo a serviço de uma argumentação que, sendo aqui repetitivos, nem sempre vale-se da racionalidade, mas da projeção de ethos e da comoção (pathos). Ademais, como se viu, por vezes se acionam procedimentos da encenação argumentativa baseados em outros valores semânticos oposicionais.

Dito de outra forma, “corrupção” e “transparência” são mais do que os significados que em si carregam, ou os sentidos que tendem a ser mobilizados, funcionam como arquétipos de outros maniqueísmos presentes na sociedade e repercutidos nos programas de governo e que objetivam validar posicionamentos calcados em consensos sociais, dispondo em aversão um EU em relação a um outro de modo a afetar o TU. Isso, estruturando-se em domínios variados de avaliação, tais como “certo” e “errado” (ético) – que dão vazão à compreensão do “bem” e do “mal” – do “agradável” e do “desagradável” (hedônico), do “útil” e do “inútil” (pragmático), entre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos programas parece mostrar que os termos “corrupção” e “transparência”, vistos como lemas, foram acionados conforme o posicionamento político-partidário dos enunciadores. Assim, “transparência” foi utilizada especialmente em construções propositivas e qualificadoras, ao passo que “corrupção” foi predominante em registros acusatórios ou dissertativos. Essa assimetria aponta para uma retórica que privilegia a autoimagem positiva do candidato e de seu partido, muitas vezes em detrimento de uma discussão substantiva sobre medidas concretas, ainda que as promessas sejam sinalizadas. O resultado reforça identidades e antagonismos partidários e parece deixar as propostas concretas em um segundo plano. Assim, observamos que, nos dados desta pesquisa, as categorias analíticas se sobrepuseram, revelando uma complexidade discursiva nos documentos resultantes.

De outra maneira, a forma propositiva foi a mais frequente nos programas de governo, refletindo um esforço em associar os termos “corrupção” e “transparência” a compromissos de campanha. Todavia, tal uso nem sempre se traduz em propostas operacionalizáveis, revelando contradições e simplificações. “Transparência” foi utilizada como estratégia de valorização da própria candidatura, ao contrário de “corrupção”, que não foi mobilizada para tal. Em todos os casos, são reforçadas virtudes, legitimadas candidaturas, buscando-se aproximar o enunciador de um eleitorado idealizado.

O uso acusatório dos termos “corrupção” e “transparência” apareceu equilibradamente; o modo mais relevante parece ser o ataque aos adversários, enfatizando a própria legitimidade. Viu-se, porém, o uso de estratégias distintas, as quais visavam a marcar a oposição entre um “nós” virtuoso e um “outro” pouco eficiente e transparente, projetando este nós como uma solução para o problema. Invariavelmente ao ano da campanha, observa-se que a acusação (“corrupto” ou “não transparente”) opera como mecanismo de desqualificação do adversário e reforço do próprio ethos positivo.

Há passagens que contextualizam politicamente os temas “corrupção” e “transparência”, funcionando como suporte argumentativo. Mas, embora a forma dissertativa utilizada se pretenda analítica, ela frequentemente se entrelaça com estratégias propositivas, qualificadoras e acusatórias. Por fim, conclui-se então que os programas de governo assumem predominantemente uma função discursiva, voltada à produção de credibilidade junto ao eleitorado, no jogo da política-partidária. Nesse sentido, os lemas analisados servem menos como indicadores de compromisso programático e mais como operadores de legitimação simbólica.

Ao final, após o empreendimento das reflexões, chega-se ainda à compreensão de que, talvez, uma das principais contribuições deste estudo tenha sido demonstrar a importância da análise discursiva como chave para compreender estratégias simbólicas em disputas eleitorais e o papel da linguagem na construção ideológica da imagem positiva dos candidatos. Assim, recomendamos que futuros estudos ampliem o escopo da análise para diferentes unidades federativas e níveis de disputa eleitoral de forma a observar diferenças ou similaridades no uso destes lemas.

AGRADECIMENTOS

Rodrigo Esteves de Lima-Lopes gostaria de agradecer ao CNPq (# 303996/2024-2) pelo financiamento desta pesquisa.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores participaram igualmente de todas as fases do desenvolvimento da pesquisa, incluindo: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Validação e Redação (rascunho original e revisão/edição).

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

DECLARAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA

Os dados desta pesquisa estão disponíveis pelo pacote BrPoliCorpus: <https://github.com/rll307/BrPoliCorpus>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. Representações sobre Política: a “política partidária”, a “política social” e a “administração”. In: **Anais das VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación em Antropología Social**. Sección de Antropología Social. Instituto de Ciências Antropológicas. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, Buenos Aires, 2013.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007 [publicação original 1958].
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas do Prof. Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: UNB, 1997 [original 1252].
- BARROS, A.T. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 3, dezembro, 2015.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Tradução: Carmen C, Varriale et ai. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. 674 p.
- BRAIGHI, A. Ativismo contra a corrupção em hackathons no Brasil. In: **Revista Fronteiras** (online), v. 24, p. 82-94, 2022.
- BRAIGHI, A. Hackathons anticorrupção no Brasil. In: **Anais do Intercom – 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2020.
- BRAIGHI, A. **Midiativismo em questão**: um modelo de análise baseado no Mídia Ninja. 1. ed. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.
- BRASIL**. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000.
- BRASIL**. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 set. 2009.
- BRASIL**. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL**. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997.
- BURKE, R. J. Politics as Rhetoric. In: **Ethics**, 93(1), 45–55. 1982.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, P. Modo de organização do discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CHARAUDEAU, P. **O sujeito falante em ciências da linguagem**: restrições e liberdades – uma perspectiva interdisciplinar. São Paulo: Contexto, 2025a.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-13, jan.-jun., [publicação original 1985]. 2025b.
- DINIZ, S.; OLIVEIRA, L. Programas de governo e promessas de campanha. In: **Revista de Sociologia e Política**. v. 28, n. 76. 2020.
- DOMINGUES, J. M. Extreme-right, democracy and oligarchy: Brazil in the global context. **Revista Euro latinoamericana de Análisis Social y Político (RELASP)**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 101–116, 2021.
- FERNANDES, C.M.; OLIVEIRA, L.A.; COLARES, V.F. A disputa pelo governo de minas gerais nas eleições de 2022: análise das estratégias do candidato Alexandre Kalil (PSD) no HGPE. In: **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 23. 2024.
- FILGUEIRAS, F. A corrupção do Estado: perspectivas teóricas e seu processo social. In: **Utopia y Praxis Latinoamericana**. Maracaibo, v. 11, n. 34, p. 11-34, set. 2006.
- FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e Legitimidade**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008.

- FILGUEIRAS, F.; AVRITZER, L. Corrupção e controles democráticos no Brasil. In: CARDOSO JR., J. C.; BER-COVICI, G. **República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2013.
- FUNG, A.; GRAHAM, M.; WEIL, D. **Full Disclosure: The Perils and Promise of Transparency**. Cambridge University Press, 2007.
- GRIGORESCU, A. International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms. In: **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, 2003.
- HAN, Byun-Chul, **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**, Petrópolis: Vozes, 2022.
- HARDY, G. H. **A Mathematician's Apology**. Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1992.
- KLEMP, N. **When Rhetoric Turns Manipulative: Disentangling Persuasion and Manipulation**. 77–104. 2010.
- LACLAU, E. **A razão populista**. Três estrelas: São Paulo, 2013.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O totemismo hoje**. Lisboa: Edições 70, 2003.
- LIMA-LOPES, R. E. D. BrPoliCorpus: Brazilian political corpus. Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp, , 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.25824/redu/YCFPIV>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- LIMA-LOPES, R. E. de; MERCURI, K. T.; GABARDO, M. Avaliatividade em comentários sobre postagens dedicadas à verificação de notícias falsas nas eleições presidenciais de 2018. **Cadernos de Linguística**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 01–25, 2020.
- MAINGUENEAU, D. 2001. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez.
- MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. Novos Estudos. In: **CEBRAP**. São Paulo, n.97, pp. 115-127. 2013.
- MERCURI, K. T.; LIMA-LOPES, R. E. de. Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 1216–1238, 2020.
- MOUFFE, C. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2000.
- PERUZZO, C. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). In: **Matrizes**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 73–93, 2013.
- SALLES, N. Do paradoxo à competição: o lugar da dimensão programática nas disputas eleitorais. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 32, p. 93-134, 2020.
- SALLES, N. Ideologia e Partidos no Brasil: reflexão e prática a partir dos programas de governo. In: **Política Hoje** (Ufpe. impresso), p. 252-338, 2021.
- SALLES, N. Programs and Parties: Rethinking Electoral Competition Through Analysis of Brazilian 'Grotões'. In: **Brazilian Political Science Review**, v. 13, p. e0004, 2019.
- SALLES, N.; GUARNIERI, F. Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.27, 2019.
- SØRBØE, C. M. Urban uprisings between revolutionary openings and reactionary outcomes: making sense of the 2013 “June Days” in Brazil. In: **Urban Geography**, [s. l.], v. 44, n. 6, p. 1146–1165, 2023.
- WEBER, M. **Política como vocação e ofício**. Petrópolis, Vozes: 2021 [original de 1919]

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.